

Eleição 2020: sem vencedores e vencidos



Por **IGOR GRABOIS & LEONARDO SACRAMENTO***

Não há vencedores e vencidos, pois é mais provável que estejamos assistindo a uma nova etapa da crise institucional iniciada em 2013

Tornou-se lugar-comum na imprensa corporativa expor em letras garrafais, como fez a *Folha de São Paulo*, a derrota do Bolsonaro e a derrota da esquerda – leia-se PT. Bolsonaro é classificado como direita, seguindo a recomendação editorial do grupo Folha na eleição de 2018, na qual obrigou a todos os jornalistas classificar Bolsonaro como um político de direita, e não de extrema-direita. A bem da verdade, a ordem era que ele não fosse mais classificado como um político de extrema-direita.

Nos textos dos jornais há uma confusão proposital entre extrema-direita, direita e bolsonarismo, em que, muitas vezes, os três transformam-se em sinônimos. Essa jogada linguístico-política tem a destreza de posicionar todos os partidos de direita para o centro e transformar todos os partidos de esquerda em polo antagônico ao bolsonarismo, mas da mesma face, como Hayek e Friedman faziam com o nazismo e o comunismo. Ou seja, a confusão proposital e a classificação são uma espécie de negacionismo. A jogada é ajudada pela inexistência de uma esquerda revolucionária que consiga se colocar decentemente no cenário eleitoral e político, o que permite com que o PT se transforme em extrema-esquerda sem ser explicitamente dito. É o dito pelo não dito.

Dessa forma, o DEM, antigo PFL e Arena, partido dos generais e empresários, inclusive das famílias Marinho, Frias e Mesquita, transforma-se em centro nos textos dos meios impressos, midiáticos e televisivos das mesmas famílias. Moro, o lavajatista defensor do excludente de ilicitude, e Huck, o empresário da miséria brasileira, transformam-se em presidenciáveis pelo centro. Republicanos e o PP, partidos preferenciais de pastores e policiais de grupos paramilitares, também são transformados em centro democrático. Ou seja, a direita que deu e dá sustentação ao bolsonarismo transforma-se em centro político.

Esse novo “centro” político teria sido o grande vencedor da eleição de 2020, segundo os meios de comunicação e seus analistas. De fato, o foi, mas ignoremos o espectro artificial criado pelas famílias bilionárias que ficaram mais bilionárias na pandemia. A direita foi a grande vencedora, ou melhor, a direita tradicional que sustenta o bolsonarismo e continuará a sustentar até a última “reforma estrutural” que for possível sobre o sangue dos trabalhadores brasileiros. Bolsonaro perdeu como figura política, mas não perdeu totalmente na medida em que o bolsonarismo se institucionalizou nos partidos tradicionais de direita. É plenamente possível constatar uma bolsonarização da vitória da direita, sem desacordos com o rentismo. Para o executivo, venceu quem tem tradição, se afastou de Bolsonaro, mas não se afastou do bolsonarismo. Defender a obviedade da implantação de medidas restritivas ante a segunda onda da Covid-19 foi proibitivo em todas as disputas municipais, e o atraso de Dória sobre a classificação pandêmica, provavelmente a pedido de Covas, é elemento incontestado dessa fina e complexa relação, em que pessoas morreram nesse meio tempo para que algumas candidaturas de continuidade ganhassem mais viabilidade – o que também está na conta do Barroso. Já para o legislativo, a eleição se mostrou com condicionantes completamente diferentes, como apresentado no texto *Duas Eleições*, publicado neste site.

Pode-se concluir que o bolsonarismo deixou alguns constructos, algum saldo quantitativamente intangível. O vencedor das eleições foi o Centrão, o grupo amorfo de partidos de direita, um braço da antipolítica bolsonarista criado por Eduardo Cunha. Como o Centrão não possui projeto político e projeto de poder que não fujam da mera acomodação de lideranças

regionais, daí a identidade do MDB com o *grupo*, é mais plausível e seguro afirmar que não há grandes vencedores. Os prefeitos de um PP não necessariamente apoiarão algum candidato do PP para 2022, e assim o é para todos os partidos que compõem esse grupo amorfo. A lógica de acomodação de lideranças municipais e regionais dos partidos do Centrão não segue a lógica do espectro ideológico, muito menos do centralismo democrático ou do mero centralismo.

O PP, criação do “filhote da ditadura”, aumentou a quantidade de prefeituras, mas é difícil imaginar que esse aumento resulte em algum saldo político maior do que o próprio aumento de prefeituras. Provavelmente é uma vitória que se encerra na própria vitória, sem proporcionar novas vitórias. Qualquer análise que se restrinja sobre a quantidade de prefeituras para declarar vencedores e perdedores é reducionista. Em todos os pequenos municípios e na maior parte dos médios municípios, disputas e formas institucionais locais de composição política contam muito mais do que questões nacionais e estaduais, quando não completamente. Por isso a aliança de um PSL com o PT não é um absurdo em uma cidadezinha. Muitas vezes, o único critério para uma candidatura é a existência de um diretório municipal. Nesta eleição, ganharam os partidos médios porque os partidos grandes estão em crise, e não porque se transformaram em grandes. A vitória do grupo amorfo e difuso dos partidos de direita, o Centrão, significa nada mais do que a vitória da pulverização do processo político-eleitoral.

Nesse cenário, não há vencedores e vencidos, pois é mais provável que estejamos assistindo a uma nova etapa da crise institucional iniciada em 2013, com alguma tentativa de acomodação dos partidos de direita. A preocupação da esquerda deveria se voltar a dois partidos, e não às conclusões fatalistas dos meios de comunicação sobre o famigerado “centro”. O primeiro é o DEM, o partido que representa mecanicamente o projeto de poder do mercado. É o partido que proporciona a maior sustentação institucional a Bolsonaro, seja engavetando todos os pedidos de impeachment, transformando Rodrigo Maia no novo engavetador-geral da República, seja pautando e articulando com o Centrão todas as reformas do mercado, como Reforma da Previdência, Reforma Administrativa, independência do Banco Central, Teto dos Gastos e Orçamento de Guerra. Sem o DEM, com Maia e Alcolumbre, não há nenhum outro partido que conseguiria articular com o Centrão esse conjunto de reformas. É o partido que articula o golpe de continuidade dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado com parte do Centrão, o mercado e o empresariado. Se há algum partido que o aumento de prefeituras talvez possa ser visto como uma vitória é o DEM, pois é ele o mais institucionalizado de todos os famigerados e proclamados “vencedores”. É o que mais está no poder.

O outro partido é o PSDB, que apesar de ter perdido prefeituras – o que para ele pouco importa –, venceu a prefeitura de São Paulo. O movimento mais audacioso para 2022 é, sem dúvida, do partido paulista – e é o que pode dar mais errado. Dória foi bolsonarista na campanha, gerando reações internas ao partido. Foi bolsonarista em seu primeiro ano, quando deu vazão ao genocídio negro, afirmando que “o policial deve atirar para matar” e que teria “acesso aos melhores advogados”. A autorização permitiu o aumento da letalidade policial, o que provocou crises no governo, que, sob o risco de perder o controle sobre a polícia, aplicou algumas medidas contrárias ao primeiro Dória, de apelo muito mais midiático do que real. Quando do primeiro pico da Covid-19, apresentou-se como oposição de direita a Bolsonaro, sem rompimento, como mostra o Plano São Paulo, um plano de “retomada da economia”, como diz o próprio, e não de contenção da pandemia. Esse plano solucionou, como passe de mágica, o fechamento do comércio em meio às manifestações de comerciantes por meio de mudanças conceituais pouco debatidas pela imprensa. Bastava ter leitos: quantas mortes teriam pouco importava, desde que morressem em uma cama de hospital. Tais mudanças ocorreram também justamente quando as primeiras pesquisas de opinião sobre a aprovação de governadores saíram, dando-lhe aumento da rejeição e diminuição da aprovação. Em pesquisa do Datafolha, publicado no fim de setembro, Dória possuía uma rejeição de 39% e Bolsonaro de 46%, enquanto que a aprovação do primeiro era de 21% e do segundo de 29%. E como a eleição provou, Bolsonaro não goza de boa avaliação na cidade de São Paulo.

Investiu politicamente na vacina Coronovac. E será com ela que Dória tentará sair de São Paulo, apresentando-se como o Oswaldo Cruz da Berrini, ao mesmo tempo que procurará recuperar a aprovação perdida na pandemia no estado de São Paulo. A aposta da mídia, da Faria Lima e da FIESP é a promoção de Dória, a direita paulista, por enquanto ajudada pelo erro metodológico da vacina AstraZeneca/Oxford, a aposta do governo federal. Para isso, a eleição do município de São Paulo, mesmo com um candidato que represente a ala tradicional do PSDB, o qual se se opôs à bolsonarização do partido, era fundamental.

Essa engenharia necessita da transformação de Dória, o promotor do excludente de ilicitude, de um direito com os dois

pés no fascismo em um candidato de centro. A aposta do momento da elite paulista é o tucano, a despeito da histórica e já tradicional incapacidade da elite paulista de transformar capitais econômico e político em voto popular. O objetivo é corrigir o que saiu errado entre o Golpe de 2016 e a eleição de Alckmin em 2018. E essa transformação ocorre com o mesmo antipetismo dos últimos 10 anos, fazendo com que um partido de centro-esquerda seja transformado em um partido revolucionário, em que uma simples proposição sobre tributação sobre capitais ou a regulação da relação entre capital e trabalho sejam vistos como projetos “extremistas”. Em suma, o projeto é aprofundar o que o bolsonarismo fez, mas com sapatênis em vez da botina, porque a botina já cumpriu a missão que lhe foi dada.

A forma de trato dos dados da eleição do município de São Paulo pela imprensa corporativa também demonstra que ela objetiva uma substituição do PT pelo PSOL, o que não significa que aqui se esteja fazendo uma crítica ao PSOL. A hipótese é que as elites paulista e carioca (representada pela Globo, que, no momento, tem Huck como candidato principal) entendam que o PSOL não possui lastro para uma disputa nacional em virtude do tamanho da máquina partidária e da capilarização política ainda incipientes, especialmente no Nordeste e periferias, mas possui capacidade para minar eleitoralmente o PT no campo da centro-esquerda, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, os dois maiores colégios eleitorais. Pode ser uma recalibragem do grande capital ante a expressiva votação do PSOL para o legislativo das duas cidades e para o executivo em São Paulo.

Se a eleição fosse hoje, o mais plausível para ambos seria que PT e PSOL saíssem juntos, sob o risco de nenhum chegar ao segundo turno. Com os votos divididos, as chances do candidato da Faria Lima aumentariam, mesmo com o pouco apelo do paulista em outras regiões. E a julgar pela forma agressiva com que Bolsonaro trata o ex-aliado, é provável que possua uma análise similar.

O fato é que o cenário é difuso, complexo, temporário e pulverizado. As análises existentes tratam o ocorrido em 2020 como balizador para o que acontecerá em 2022, muitas vezes tratando-o como determinante. E isso vale para a suposta vitória do “centro” e para o fim do PT. É uma aposta quantificada pelo mercado, como mostrou o Relatório do BTG Pactual enviado a investidores na semana após o resultado eleitoral. Não é uma análise. O dado mais importante para 2022 é a porosidade da conjuntura, que se expressa nos fatores abaixo arrolados:

- 1 - Crescimento do PIB abaixo da expectativa do mercado, o qual não recupera as perdas com a pandemia;
- 2 - Consumo de famílias puxado pelo auxílio-emergencial abaixo do esperado pelo mercado, o que também não recupera as perdas com a pandemia, a despeito da abertura;
- 3 - Fim do auxílio-emergencial e depressão do consumo das famílias para 2021;
- 4 - Crise do setor elétrico, na qual Roraima é a bola da vez para receber o espólio do Amapá;
- 5 - Recorde de desemprego acompanhado por uma aceleração inflacionária. Esta, por sua vez, é produzida por três fatores:
 - a) câmbio;
 - b) fim dos estoques de grãos;
 - c) alta de preços administrados pelo governo, especialmente energia, gás e derivados de petróleo;
- 6 - Crise fiscal dos estados e municípios.

É nesse cenário, agudizado pela crescente desigualdade e pela perda da soberania alimentar, que os prefeitos “vencedores” governarão e os “vencidos” farão oposição. É nesse cenário que a Faria Lima tentará impor o seu candidato para 2022. O que sairá dos movimentos do DEM e do PSDB não é possível saber, mas o fato é que os dois partidos reassumiram alguma relevância perdida desde 2016. Seja qual movimento for, sabe-se que a Faria Lima não tem a menor noção do Brasil. As urnas do eixo geográfico Faria Lima-Berrini elegeram dois vereadores do NOVO em São Paulo quando o Brasil inteiro elegeu outros míseros 27 vereadores – todos do Sul e Sudeste – e um prefeito (Joinville). A Faria Lima elegeu o NOVO, o partido mais fiel de Guedes, o que demonstra o descolamento da realidade social que impera nela e na Berrini. A Faria Lima é um outro país que trata o Brasil de forma colonial, da mesma forma que a Argélia era tratada pela França. Para o país Faria Lima, vizinha do país Leblon e de mais alguns países isolados, existimos para sermos explorados e morrermos! Não sem antes deixarmos alguma prole...

***Igor Graboïs**, economista, é diretor da Graboïs Olímpio Consultoria Política.

***Leonardo Sacramento** é doutor em educação pela UFSCar. Autor de *A Universidade Mercantil: um estudo sobre a relação entre universidade pública e o capital privado (Appris)*.

A Terra é Redonda